

O ASSUJEITAMENTO NO DISCURSO PROVERBIAL

Maria de Lourdes OLIVEIRA (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

ABSTRACT: The purpose of this paper is to discuss the notion of subjection and to analyse the role of the historical and social factors reflected on the subjection of speakers to the proverbial discourse. Its theoretical foundation is discourse analysis of French trend and the corpus is made up of four universes: proverbs from western cultures, eastern and biblical proverbs and proverbs from the Cabinda people. Their pre-constructed assumptions (grossly their enunciations) are imposed in varying degrees upon those who re-enunciate them due, to some extent, to its formal making and, partly, to its 'history': the institutional determinations of which they have been the target interfere with the different images the speaking subjects have of the proverb itself and of the universal Subject (cf. Pêcheux). As a consequence, their relationship with both the proverb and the interlocutors themselves is marked by varying subjection/subjectivity levels, and that means this is not an absolute question, but a relative one.

Key words: Proverbial discourse; Subjection levels; Historical factors; Images; Universal subject.

Palavras-chave: Discurso proverbial; Níveis de assujeitamento; Fatores históricos; Imagens; Sujeito universal.

0. Introdução

Nosso interesse pela questão do assujeitamento no discurso proverbial surgiu quando percebemos a adesão fácil dos ouvintes à idéia que ele veiculava¹, à sua aceitação como verdade inquestionável, enquanto que, ao formularmos conceitos assemelhados, numa forma discursiva pessoal, era normal haver quem deles discordasse, ou seja, nem todos admitiam o que estávamos enunciando. Pareceu-nos, então, que o poder de persuasão do provérbio não advinha do seu conteúdo, mas de algo que escapava à nossa percepção imediata.

Nossa hipótese foi de que havia algo no provérbio que bloqueava a subjetividade dos falantes quando se defrontavam com um discurso tido milenarmente como sábio. Mas, desde o início, supusemos que só seria possível compreender as razões dessa reação se descobríssemos o que conferiu esse *status* ao provérbio, isto é, se resgatássemos a *conjuntura* em que ele se produziu - o seu processo de proverbialização - e não apenas analisando o seu produto.

Partimos, então, do provérbio enquanto *pré-construído*, termo que na Análise do Discurso (AD) "designa uma construção anterior, exterior e independente, por oposição ao que é construído na enunciação" (Courtine, 1981:35). Nesse caso, os pré-construídos são representados pelas fórmulas proverbiais, marcadas pelas inúmeras realizações discursivas anteriores. Na definição de Robin (1977), o pré-construído é "o discurso que se construiu alhures" e cuja construção permite que "passe sem discussão como uma base sobre a qual repousa o consenso" (p.118-9).

Remontamos à "história" do provérbio com o intuito de recuperar o que Foucault (1987) denominaria "formas específicas de acúmulo" (p.142-3): não "a procura da origem" dos enunciados, mas a "espessura do tempo em que subsistem, em que se conservaram, em que são reativados, e utilizados", o que implica considerar os "jogos de memória e lembrança" que se efetuam sobre a "remanência que lhes é própria"², que remetem a "certos tipos de instituição (...), com certas modalidades estatutárias" e articulados a "um certo número de suportes e de técnicas materiais".

Recuperar o *acúmulo* do provérbio se fez absolutamente necessário para a reconstituição de sua significação, uma vez que ela não está totalmente manifesta na forma nem no conteúdo. Contribuíram para a formação do provérbio fatores sócio-históricos variados, tais como: muitas obras tidas como suas *fontes* (o *Talmude*, o *Pancha-Tantra* indiano, o *Código de Manu*, o *Alcorão*, as produções dos poetas e filósofos da antiguidade, entre outros); os usos que dele foram feitos (uso didático, lúdico, religioso...); as formas de uso e as categorias de seus usuários: na escrita (no caso das línguas que a possuem), as incontáveis *recolhas*, notadamente na Idade Média, e outros empregos que dele faziam os escritores; na modalidade oral, além da difusão feita pelos trovadores, menestrelis, jograis, contistas, bobos da corte, destaca-se a sua presença nos sermões.

Foi ao estudar o funcionamento de provérbios de *conjunturas* diferentes que percebemos que elas interferiam no nível de sujeição/subjetividade dos seus enunciadores (falantes e ouvintes). Significa dizer que, embora o falante não tenha consciência, a "história" do provérbio interfere na adesão que ele granjeia. Fizemos, então, sua divisão em *universos* distintos, tomando por critério a maior ou menor sujeição do sujeito-enunciador do provérbio em relação ao Sujeito universal (cf. Pêcheux). Mas, para nós, a problemática do sujeito passa também pela relação que se estabelece na interação verbal, o que exigiu uma análise do que ocorre na enunciação, passível de ser resgatado no enunciado. Supondo a interferência de fatores tão variados, entendemos que a sujeição não é uma questão de tudo ou nada: é sobre isso que discorreremos neste trabalho.

1. A sujeição relativizada

São inúmeras, hoje, as contestações à equivalência sujeito = *forma-sujeito*. Já na sua *Argumentação e discurso político* (1979), Osakabe apontava para a subjetividade como "um dos elementos mais importantes na caracterização do discurso", conceituando-a como "o jogo que nele se estabelece pela relação de pessoa" (p.37).

Mais recentemente, Possenti (1988) faz da subjetividade do discurso uma questão central em sua tese *Discurso, estilo e subjetividade*. Esclarece:

"A idéia básica mobilizada para postular uma noção não ingênua de sujeito é opor a idéia de sujeito à de estrutura: se as estruturas fossem acabadas, sem frinchas, se iguallassem efetivamente em todos os sentidos os elementos a que se referem (...), a única definição possível de sujeito seria pela sujeição. Mas, então, as sociedades e as línguas não mudariam. Os sistemas são instáveis, e o são pela ação dos indivíduos e é, portanto, pela ação, ação diferenciadora, que o sujeito será definido" (Possenti, 1988: 2).

Relendo a citação, percebemos que Possenti opõe a *idéia de sujeito* à *de estrutura*. A seguirmos suas noções, diríamos que o que ocorre no discurso é a *relação do sujeito com a estrutura*, relação produtiva, mas que não exclui certo grau de dependência - *maior ou menor* - às limitações que a *estrutura* impõe. Equivaleria a dizer que a subjetividade está sempre mesclada de sujeição.

Numa outra perspectiva, Martins (1990), em sua *Enunciação e diálogo*, retoma a problemática da subjetividade e explicita um dos pilares de sua tese:

"não se coloca para nós como uma oposição do tipo sujeito/forma sujeito. Ela se apresenta desse modo, quando estudada do ponto de vista do discurso entendido como materialidade ideológica. [...] Em nossos termos, o problema que se coloca é o da relativização da subjetividade e do diálogo, seu condicionamento à qualidade das relações semânticas estabelecidas no interior da enunciação, que configuram relações de poder da palavra" (Martins, 1990: 187).

Segundo a autora, "o equilíbrio da relação *eu-tu*" pressupõe, entre outros, a "maneira autoritária ou democrática pela qual se instauram os contextos discursivos" (p.84):

"pode ocorrer que um contexto discursivo seja unilateralmente imposto" (p.85).

Uma tal ocorrência "tira da relação *eu-tu* sua possibilidade intersubjetiva: um dos interlocutores perde sua identidade semântica" (id.ib.). Em síntese, do seu ponto de vista, o elemento definidor da subjetividade é o *equilíbrio* no que diz respeito ao "poder da palavra".

Embora defendendo a relativização da subjetividade, não a situamos, como o faz Martins, a partir da relação entre interlocutores tão-somente. Sua proposta deixa na sombra a relação entre o discurso em processo e tudo o que constitui a sua materialidade lingüística. Por outro lado, ignora que um discurso não tem em si uma origem, sendo uma remissão a muitos outros - repetindo-os, rejeitando-os, acatando-os ou questionando-os. Finalmente, a autora afirma que "não se coloca" para ela a questão ideológica. Ora, ao estudar a relação intersubjetiva através da prática democrática ou autoritária com que se instaura o contexto discursivo, não se tem como fugir ao ideológico. Para a autora, ocorre o assujeitamento, mas ele se dá a partir do locutor que tenta impor um sentido, resultando daí a perda da "identidade semântica" de *um* dos participantes da troca verbal (cf. p.85). Nós diríamos que aquele que assim age o faz porque sofre alguma sujeição em relação ao discurso que tenta impor, seja por sua *lógica*, por sua *veracidade*, por sua *autoridade*...

Se aceitamos que o discurso seja, em maior ou menor intensidade, a retomada de um outro ou a remissão a ele, não acreditamos na plenitude da subjetividade: qualquer sujeito *se assujeita* a um lastro discursivo que preexiste ao seu ato enunciativo. Além do mais, há na língua conteúdos e valores que são assumidos pelo falante, embora haja uma imperceptível mas incessante atividade epilingüística, que a todo momento os altera.

2. Provérbios: níveis de sujeição

A idéia de *desdobramento* do sujeito, emprestada de Pêcheux (1988:214), foi crucial para o estudo do provérbio, por tratar-se de um discurso citado mas do qual não se identifica o "autor". O ponto principal para nossa análise foi, entretanto, sua noção de *sujeito universal* (=Sujeito), que tomamos numa perspectiva específica: a do universo do provérbio.

No *corpus* que levantamos, pudemos comprovar que o pré-construído do provérbio não se *impõe* da mesma forma aos que o reenunciam. Procedemos a sua classificação pelo grau de autoridade/autoritarismo do Sujeito dessas formulações (=Sujeito do *universo proverbial*), em relação ao sujeito falante: detectamos aspectos formais que revelam a maior ou menor sujeição *requerida* dos seus enunciadores. Num outro momento, analisamos as relações que cada tipo de provérbio permite que se estabeleçam entre os sujeitos falantes, no momento da enunciação. Os dois aspectos estudados mostram a íntima dependência das *imagens* que têm os falantes: do Sujeito, do interlocutor e do próprio provérbio. A partir dessas imagens, localizamos quatro universos de provérbios: A) provérbios de culturas ocidentais; B) provérbios orientais; C) provérbios bíblicos; D) provérbios cabindas (de um povo africano de cultura primitiva e língua ágrafa).

Segundo Pêcheux (1988:215), há duas modalidades de relação "entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal". Na primeira, a "tomada de posição" do sujeito se dá sob a forma do "livremente consentido" (o sujeito tem a ilusão de sua liberdade discursiva, não percebendo seu assujeitamento). Na segunda modalidade, o sujeito da enunciação questiona, contesta, revolta-se contra o Sujeito. Com relação ao provérbio, diremos que aquele tende naturalmente a identificar-se com este, em decorrência, ainda, dos jogos de imagens que tem o enunciador, como passaremos a ver.

2.1. O jogo de imagens e sua relação com a sujeição/subjetividade

Vamos tentar depreender os jogos de imagens que diferenciam os diversos universos de provérbios que compuseram nosso *corpus*, respondendo a três das questões colocadas no conhecido esquema de Pêcheux (1969), do lugar ocupado pelo sujeito enunciador: a) sobre o Sujeito: *Quem é ele para me falar assim?*; b) sobre o interlocutor [quando enuncia o provérbio]: *Quem é ele para que eu lhe fale assim?*; c) sobre o provérbio: *De que lhe falo assim?*

Atendendo à reformulação feita por Osakabe (1979), que sente no esquema de Pêcheux a ausência de um elemento que dê conta da "relação atuacional e pragmática entre A e B" (p.49), acrescentamos o que ele considera "a pergunta fundamental": "O que A pretende falando dessa forma?" (id.). Que ato predomina no discurso proverbial?

2.1.1 Provérbios de culturas ocidentais

Os provérbios encontrados, ao mesmo tempo, nas principais línguas de cultura do Ocidente (francês, italiano, espanhol, português, inglês, além do latim) se destacam pelos seguintes jogos de imagens:

- a) No plano dos sujeitos, a imagem que o sujeito da enunciação tem do Sujeito: - Embora não possa ser identificado, é sábio: nele está todo o saber dos filósofos antigos, além do de *nossos* antepassados, mestres e até avós. É, pois, a síntese da sabedoria dos *mais velhos*: digno, portanto, de credibilidade, já que *seu saber é fruto da experiência*. E *Experiência vale mais do que ciência*.
- b) No plano da enunciação, a imagem que o sujeito falante tem do seu interlocutor: - Um conhecedor da verdade do provérbio, logo, dela não pode discordar. Depois de ouvir um provérbio, não tem como replicar, pois ele consegue quase sempre provocar o silêncio, encerrar uma discussão ou narrativa. É impossível ao ouvinte argumentar contra sua *evidência*. Se o fizesse, seria insensato.
- c) A imagem que tem do provérbio: - Uma verdade cristalina, *óbvia*, que serve apenas de *lembrete*, já que é conhecida de todos os adultos. Seus temas mais constantes são os comportamentos humanos imediatos (como trabalhar, casar, falar, comprar...) que, à semelhança dos fatos naturais, são recorrentes: há neles um determinismo *natural*. Assim é que *A água corre sempre para o mar* e - não há como fugir a isso, da mesma maneira que *Boas contas fazem bons amigos*.

- d) Ação que A (sujeito falante) pretende exercer sobre B (sujeito ouvinte): - O ato ilocucionário nesse caso é, freqüentemente, o de *lembrá-lo* ao interlocutor, uma vez que já é conhecido. O ato perlocucionário vai depender muito das características de cada situação discursiva. Tem a ver com os *lugares* ocupados pelos sujeitos falantes e com o contexto ao qual o provérbio serve de arremate, síntese ou *moral da história*. É bastante comum que não se perceba um *eu* dirigindo-se a um *tu*, mas apenas recordando, principalmente a si mesmo, a sabedoria: do senso-comum, dos ancestrais, dos sábios.

*Cão que ladra não morde.*³

Antes tarde do que nunca.

Tal pai, tal filho.

Mais vale quem Deus ajuda do que quem cedo madruga.

O sol nasce para todos.

Quem com ferro fere, com ferro será ferido.

Quem mais alto sobe maior queda dá.

2.1.2 Provérbios orientais

- a) No plano dos sujeitos: - O Sujeito do universo de provérbios orientais tem uma sabedoria especialmente voltada para os sentimentos humanos; questões pragmáticas do dia-a-dia são menos importantes. Tem uma visão mais profunda do ser humano e se preocupa em que ele efetue escolhas certas, sem se deixar levar pelo imediatismo. Possui algo de divino, sem apresentar-se como tal. Não proclama nada como verdade inquestionável, mas como ponto para reflexão. Seu saber é oriundo dos deuses e dos que buscaram a sabedoria espiritual. Impõe respeito, mas não o exige.
- b) No nível da enunciação, a imagem que o sujeito falante tem do seu interlocutor: - O sujeito alvo de um provérbio oriental é um ser em busca de respostas às suas indagações mais íntimas ou de sugestões sobre a maneira de conduzir-se sem molestar os outros e sem abrir mão da própria paz e felicidade. Como nada está de antemão determinado, cada ser humano quer tomar decisões acertadas para ter uma vida tranqüila e plena de saudável alegria. É um terreno propício à recepção de boas sementes.
- c) A imagem dos sujeitos falantes sobre o provérbio: - Já que ao homem cabe escolher, deve escolher o melhor para sua vida. Muito freqüentemente, o provérbio traz à tona as opções que se debatem no

interior da alma humana e aconselha com vistas a um bem duradouro. Raramente trata de coisas materiais, como em *Lucro e fama jamais procuram o dorminhoco*. Seja como for, não subjaz ao provérbio qualquer ameaça aos que optarem por uma alternativa diferente da que é sugerida.

- d) Ação que A pretende exercer sobre B: - Considerando que o provérbio oriental encontra suas condições de possibilidade na forma de uma interrogação humana interior, o sujeito enunciador pretende que ele funcione como *aconselhamento* ao seu interlocutor.

É melhor acender uma vela do que queixar-se da escuridão.
(Chinês)⁴

Se eu conservar no coração um ramo verde, um pássaro cantor virá pousar nele. (Idem)

Trava amizade com a bondade das pessoas, não com seus bens. (Idem)

O sorriso que das volta para ti mesmo. (Indiano)

Sem o amor, tudo é vão. (Idem)

Quem sorri em vez de esbravejar é sempre o mais forte.
(Japonês)

Uma alegria espanta mil preocupações. (Idem)

Segundo Bakhtin (1988), a *palavra autoritária* pode ser também persuasiva, embora não seja o mais comum. Frequentemente, "a palavra autoritária (religiosa, política, moral, a palavra do pai, dos adultos, dos professores etc.) carece de persuasão interior (p.143). Ela "aproxima-se do tabu, do nome que não se pode tomar em vão"(id.). Pela forma de elaboração dos provérbios orientais, pelo seu conteúdo, diríamos que, embora sejam palavras autoritárias, são persuasivas.

2.1.3 Provérbios bíblicos

- a) No plano dos sujeitos: - Pouco importa se muitos dos provérbios que fazem parte da recolha bíblica já figuravam em recolhas profanas ou foram apanhados do uso corrente. Para a imensa maioria dos sujeitos falantes, seu autor é Salomão - o mais sábio de todos os homens - sob a inspiração divina: o próprio Deus fala através dele. Além disso, o Sujeito desse universo de provérbios é o *Senhor* de todo o conhecimento e também de todo o povo - seu destinatário -, como Ele mesmo proclama. Logo, à autoridade suprema se deve a submissão

incondicional, pois: *O temor do Senhor é o princípio do saber...* (Pv.1:7).

- b) No nível da enunciação, a imagem que o sujeito falante tem do seu interlocutor: - O que enuncia um provérbio bíblico o faz com a autoridade que a palavra divina lhe confere. Assim sendo, o que o ouve deve ter a humildade de respeitar o *porta-voz* do Senhor, o mensageiro da Sabedoria, que tem o dever de ensinar-lhe o *bom proceder*. Não se admite qualquer manifestação de dúvida, muito menos de crítica. Fazê-lo, seria confissão de heresia, sujeita à punição divina, pois: *Abominável é ao Senhor todo arrogante de coração;/ é evidente que não ficará impune* (Pv.16:15). (A relação entre sujeito falante e seu interlocutor é autoritária, independentemente do contexto em que o discurso se produza.)
- c) Imagem que os sujeitos falantes têm do provérbio: - Os provérbios salomônicos são a palavra de Deus e como tal não se pode fugir de ouvi-los com respeito, sob pena de receber os castigos do céu. É necessário que os homens saibam qual a vontade divina - pois não é um conhecimento já compartilhado; por isso depende de ensino. Ouvindo-os com reverência, os homens serão alvo da misericórdia divina e lhes sucederão coisas boas. Não tratam apenas das questões espirituais, bem pelo contrário, inúmeros deles tratam de como sair-se bem na vida material, sem esquecer a obediência ao Senhor: *Não estejas entre os que se comprometem / e ficam por fiadores de dívidas* (Pv.22:26).
- d) Ação que A pretende exercer sobre B: - Tendo em vista que todas essas imagens dizem respeito aos que falam do *lugar* dos tementes a Deus (cristãos ou judeus), a ação que o enunciador quer realizar é a de *ensino do bom proceder*, ou, nas suas próprias palavras, *exortação da sabedoria a obedecer ao Senhor* (Pv. cap.3 - título). Há uma ameaça velada ou explícita aos que resistirem à Sabedoria.

Também eu me ri em vossa desventura,/ e, em vindo o vosso temor, eu zombarei. (1:26)⁵

A bênção do Senhor enriquece,/ e com ela não traz desgosto. (10:22)

Em vindo a soberba, sobrevém a desonra,/ mas com os humildes está a sabedoria. (11:2)

Quem ama a disciplina, ama o conhecimento,/ mas o que aborrece a repreensão é estúpido. (12.1)

O justo tem o bastante para satisfazer ao seu apetite,/ mas o estômago dos perversos passa fome. (13:25)

Melhor é o pouco havendo o temor do Senhor,/ do que grande tesouro, onde há inquietação. (15:16)

O que tapa o ouvido ao clamor do pobre/ também clamará e não será ouvido. (21:13)

Retomamos Bakhtin (1988), que nos explica porque a palavra autoritária impõe-se a nós "independentemente do grau de sua persuasão interior no que nos diz respeito". O autor pondera que "nós a encontramos unida à autoridade" e "numa zona mais remota, [ela] é organicamente ligada ao passado hierárquico. É, por assim dizer, a palavra dos pais. Ela já foi *reconhecida* no passado"(p.143).

2.1.4 Provérbios cabindas

- a) No plano dos sujeitos: - O Sujeito dos provérbios cabindas ama os falantes e pode ajudá-los a encontrar respostas às suas dúvidas sobre como conduzir-se nas situações do dia-a-dia, mas, igualmente, sobre a condição humana, seus sentimentos, suas inquietações. Ele é a soma do saber dos antepassados, sabe tudo sobre as tradições do seu povo e mostra a importância de preservá-las. Deve ser respeitado como a um pai amigo: o amor, e não o temor, predomina na relação.
- b) No nível da enunciação⁶, a imagem que o sujeito falante tem do seu interlocutor é: - Há uma identificação de valores, de presunções e de crenças entre os sujeitos falantes: o que um sente, o outro também sente; o que um pensa, o outro pensa; a dúvida de um é a mesma do interlocutor - o que leva a uma reflexão a dois. Nenhum ensina, nenhum é *dono da verdade*. Cada um quer participar dos anseios do outro, tem interesse em refletir sobre uma resposta às indagações do interlocutor, que passam a ser suas também.
- c) Imagens que os sujeitos falantes têm do provérbio: - Os provérbios são como *Prato e panela*: - *que deixaram os antepassados*. São heranças das quais se deve fazer bom uso, em respeito à tradição e aos costumes. Eles mostram que os comportamentos dos animais nem sempre devem ser imitados pelo homem, pois este tem uma outra natureza e um outro destino: casa, constitui família, preserva costumes, respeita autoridades... O provérbio reflete sobre a alma humana mas também sobre as relações do homem com seu semelhante e sobre suas atividades cotidianas⁷.

- d) Ação que A pretende exercer sobre B: - Não é exatamente uma ação sobre. Já que A e B enunciam o mesmo provérbio, do primeiro pode-se dizer que *convida a comungar de uma reflexão*; do segundo, que aceita o convite e compartilha do que o outro lhe fala.

*Aldeia sem autoridade: - não pode estar sossegada.*⁸

Aprende pouco a pouco: - e serás grande mestre.

Chorar, não chorar: - a planície [que devemos passar] fica na mesma.

Eu sou bom: - mas também sou mau.

Onde passar o alto: - eu, pequeno, também passo.

Comemos juntos, estivemos a rir: - o que está no coração não o podemos saber.

A tua cama não tem almofada? - Dobra o braço.

Comi dois filhos do leopardo: - a culpa caiu sobre o antilope [que não come carne].

3. Conclusão

Não é tão-somente o reconhecimento da validade do saber *divino, popular, dos sábios, dos antepassados* que isenta o provérbio da crítica ou descrédito. O que principalmente interfere nesse comportamento aparentemente passivo de recepção é a relação com a autoridade da qual o saber emana e o sentimento que essa relação desperta: o temor divino, a comunhão humana, o respeito ao sábio, à tradição, aos antigos. Assim, a tradição e a divindade são elementos decisivos no nível sujeição/subjetividade frente ao provérbio como discurso.

A presunção de um Sujeito que tudo pode, tudo sabe e que, além disso, é Senhor e é bom, leva à presunção da *verdade* do que afirma e da necessidade de submissão a ela, para o próprio bem: não há como discordar da verdade sem incorrer em erro; não há como insurgir-se contra o bom e necessário sem sofrer prejuízos. Incorpora-se, então, o discurso desse Sujeito como próprio. Considerando-se as diferentes formas de *acúmulo*, diríamos que o universo onde o sujeito falante é mais assujeitado é o dos provérbios bíblicos. A assimetria entre Sujeito/sujeitos falantes é a maior que se observa em todos os universos de provérbios analisados.

Em segundo lugar, temos o provérbio ocidental como o que mais concorre para a sujeição do falante. Além da força que tem a sua

conjuntura, ele interfere contra a opção de escolha através do seu funcionamento: ao ser mobilizado num discurso, frequentemente com valor analógico ou numa forma entimemática, impede a reflexão, ao veicular *fatos, evidências* que discursivamente se revelam falsas analogias. Assim, a analogia que se estabelece entre reações animais e comportamentos humanos leva a concluir pela veracidade do que é apenas uma crença ou preconceito. É o que ocorre no emprego de muitos provérbios alegóricos.

O provérbio cabinda sofre menos determinações institucionais. A sua conjuntura é mais simples no que diz respeito à sobreposição de fatores: em comparação com o provérbio bíblico, não sofre o peso da autoridade divina e, em relação aos provérbios das culturas mais evoluídas, não teve a influência da escola, da literatura, de *sábios* e de *filósofos* que o tivessem utilizado. Com isso não se deve supor que o *acúmulo* de seu pré-construído tenha menos autoridade: a tradição, o saber *dos mais velhos* pode ter, para o povo Cabinda, uma influência tal que o torne tão persuasivo quanto os dos outros universos analisados. Vale destacar a simetria entre os sujeitos falantes, sugerida pela forma de enunciação do provérbio, que reforça a expectativa de igualdade dos participantes da troca verbal, anulando a sujeição no nível dos interlocutores. No entanto, nada indica que reflitam sobre a *verdade* do provérbio; simplesmente a aceitam.

A conjuntura dos provérbios orientais inclui: livros sagrados, sábios, filósofos etc. Mas neles a formulação linguística aparece como um estímulo e não como empecilho à reflexão. Dessa forma, há maior possibilidade de equilíbrio da subjetividade: no nível da enunciação, pelo *convite* à reflexão do outro (sua participação), e, considerando que o instrumento de reflexão é uma fórmula, instaura-se a possibilidade de algum grau de subjetividade também no nível da relação com o Sujeito desse universo. Estaria aqui, pois, o menor nível de sujeição.

Se entre os discursos proverbiais é possível observar níveis diferentes de sujeição/subjetividade, cremos poder concluir dizendo que não aceitamos a igualdade subjetiva entre o indivíduo que repete um lugar-comum, que se manifesta através de um discurso de outrem e o que formula um novo axioma científico. Por isso, a relativização que Martins localiza no âmbito do "poder da palavra", nós a vemos tanto no nível da interação verbal quanto no da materialidade ideológica. Significa reafirmar que há

uma posição do sujeito falante frente aos discursos existentes e com os quais o seu próprio discurso se relaciona (posição que pode ir da aceitação à rebeldia). Por outro lado, a materialidade lingüística (na sua forma e conteúdo) concorre para a reconstituição de elementos da enunciação no enunciado, como, por exemplo, as formações imaginárias que *detectamos* nos universos de provérbios que estudamos.

(Recebido em 26/12/1994. Aprovado em 30/11/1995)

NOTAS

- 1 Analisamos 725 provérbios, sem considerar os *equivalentes* em várias línguas; somando-os, teremos um total de 1.166 unidades estudadas.
- 2 Para Foucault (1987), "dizer que os enunciados são remanentes não é dizer que eles permanecem no campo da memória ou que se pode reencontrar o que queriam dizer; mas sim que se conservaram graças a um certo número de suportes e de técnicas materiais (de que o livro não passa, é claro, de um exemplo), segundo certos tipos de instituições (entre muitas outras, a biblioteca) e com certas modalidades estatutárias (que não são as mesmas quando se trata de um texto religioso, de um regulamento de direito ou de uma verdade científica)" (p.143).
- 3 Os provérbios de culturas ocidentais foram colhidos em Mota (1982).
- 4 Provérbios selecionados em Turnitz (1984).
- 5 De "Provérbios de Salomão", in *Bíblia Sagrada*.
- 6 É singular a maneira de enunciação do provérbio cabinda: ele se dá em dois turnos de locução - um sujeito enuncia uma parte e o outro o completa. Há também uma boa parcela deles em construções dialógicas.
- 7 Não confundir com questões imediatas os provérbios alegóricos, que são bastante numerosos, como: *Fizeste a camisa: - põe também os botões*.
- 8 Provérbios selecionados da obra de Vaz (1969).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. (1988) *Questões de literatura e de estética*. Trad. de Aurora F. Bernardini et alii. São Paulo, UNESP/Unitec.
- COURTINE, J.-J. (1981) Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en Analyse du Discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, 68:9-128.
- FOUCAULT, M. (1987) *A arqueologia do saber*. 3 ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitária. (Trad. de *L'Archéologie du savoir*, 1969, por Luiz Felipe B. Neves).

- MARTINS, E. J. (1990) *Enunciação e diálogo*. Campinas, Ed. da UNICAMP.
- MOTA, L. (1982) *Adagiário brasileiro*. Fortaleza, Ed. da UFCe; Rio de Janeiro, J. Olympio.
- OSAKABE, H. (1979) *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Kairós.
- PÊCHEUX, M. (1969) *Analyse automatique du discours*. Paris, Dunod.
- _____. (1988) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Ed. da UNICAMP. (Trad. de *Les vérités de la Palice*, 1975, por Eni P. Orlandi et alii).
- POSSENTI, S. (1988) *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo, Martins Fontes.
- Provérbios de Salomão. In *Bíblia sagrada*. Rio de Janeiro, Sociedade Bíblica do Brasil (Trad. de João Ferreira de Almeida, 1969)
- ROBIN, R. (1977) *História e lingüística*. São Paulo, Cultrix. (Trad. de *Histoire et linguistique*, 1973, por Adélia Bolle e Marilda Pereira).
- TURNITZ, G. (1984) *Pensamentos e provérbios da antigüidade oriental*. Rio de Janeiro, Tecnoprint. (Trad. de *Weisheit des Ostens*, 1981, por Maria Madalena Würt Teixeira).
- VAZ, J. M. (1969) *Filosofia tradicional dos Cabindas, através dos seus textos de panela, provérbios, adivinhas, fábulas*. Lisboa, Agência-Geral de Ultramar.